Uma breve história do Brasil

A brief history of Brazil

Simetria, [195-]
Symmetry, [195-]

Ruy Meira

A brief history of Brazil

Ronald Raminelli¹

Noblemen against outsiders: Rio de Janeiro and Pernambuco in the first half of the 17th century

Between 1707 and 1747, officers of the Chamber of Rio de Janeiro sent many petitions to the monarch to secure old families' control over republican honorable offices. The good men of the municipality considered themselves noble and worthy of the control over local powers. Indeed, the chamber was a concession, a royal reward granted as compensation for the military services that led to the conquest and foundation of the city, after casting out the French from the Guanabara Bay. The descendants of the conquerors and first settlers still received the privileges of the Chamber of Porto, in the D. João IV government, as a compensation for the military achievements against the Dutch in Angola. The reward made them noble, inserted in the political nobility, legitimizing even more the control over the local power. Nevertheless, the services provided to the monarchy did not grant the benefactors the perpetual control over the offices available to any full-blooded subject ex-officio.

In the first half of the 1700s, officers of the chamber, although lifted to the nobility, perceived that their privileges were threatened by "outsiders, freebooters and fake noblemen coming from the king-

¹ PhD in Social History from the University of São Paulo - USP (1994). He attended a post-doctorate internship at the École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, Paris (2002-2003) and at the University of Campinas - UNICAMP (2011-2012). He is currently a professor in the Fluminense Federal University - UFF.

Uma breve história do Brasil

Ronald Raminelli¹

Nobres contra forasteiros: Rio de Janeiro e Pernambuco na primeira metade do Século XVII

Entre 1707 e 1747, os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro enviaram inúmeras petições ao monarca para resguardar o controle das antigas famílias sobre os cargos honrosos da república. Os homens-bons da câmara se consideravam nobres e merecedores do controle sobre os poderes locais. De fato, a câmara era uma concessão, mercê régia concedida como remuneração pelos serviços militares que resultaram na conquista e fundação da cidade, após a expulsão dos franceses da Baía da Guanabara. Os descendentes dos conquistadores e primeiros moradores ainda receberam, no governo de D. João IV, os privilégios da Câmara do Porto como remuneração pelos feitos militares contra os holandeses em Angola. A mercê os tornou nobres, inseridos à nobreza política, legitimando ainda mais o controle sobre o poder local. Entretanto, os serviços prestados à monarquia não facultavam aos beneméritos o controle perpétuo sobre os cargos que estavam disponíveis a qualquer súdito com limpeza de sangue e de ofício.

Na primeira metade do setecentos, mesmo alçados à nobreza, os oficiais da câmara perceberam que seus privilégios estavam ameaçados por “forasteiros, flibustei-

¹ Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo - USP (1994) e realizou estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, Paris (2002-2003) e na Universidade de Campinas - UNICAMP (2011-2012). Atualmente é professor da Universidade Federal Fluminense - UFF.

dom". The expansion of the city attracted waves of immigrants, like merchants from the kingdom, who either headed to the mines or settled in the city to benefit from the wealth accrued in trade. Moreover, the petitions of the officers of the Chamber of Rio de Janeiro were not quite different from the privileges claimed in Pernambuco.

In that captaincy, old families also considered themselves noble and, deep seated in the Chamber of Olinda, rejected the advances of the traders coming from the kingdom. The foundation of the Chamber of Recife leveraged the uprising of rural landlords and sugarcane farmers. The land nobility armed themselves against hawkers, manual workers enriched in a questionable way, as denounced by the ancient people from Pernambuco. To get the royal support, the principals denounced the attempts of traders to control the chamber, trade and sharing of wealth in the captaincy of Pernambuco. Yet the appeals were in vain: the monarchy positioned for the freedom of the traders from the kingdom, since it would be a scandal to prevent the entrance in the chamber of "loyal, rich and irreproachable" subjects.

In Rio de Janeiro and Olinda, the local nobility not only faced the waves of Portuguese immigrants, of mechanical origin and newly enriched, but also the royal intervention in the local powers. Indeed, the D. João V government continued the administrative reforms that also affected the municipalities, like the creation of external judges, rules for the elections and greater royal control over the tax office. In summary, the representations sent by officers of the Chambers of Rio de Janeiro and Olinda dealt with the preservation of the privileges of the nobility and with the advance of the mercantile elite. In general, the pleas of the "land principals" also included allotments and sought to restrain the fragmentation of their assets as a result of debts. It is also worth mentioning that they asked the monarch to control the value of the colonial currency and freedom to appeal to the Houses of Mercy in order to obtain cheap credit.

From another point of view, the disputes took place between powers legitimized by blood and powers grounded on money. Therefore, the clash between the "land nobility" and traders – usually Portuguese immigrants enriched by trade – became more evident in the first half of the 18th century. Since the beginning of the settlement, those segments of the colonial elite clashed, either in the 16th and 17th centuries, for the loans and debts that weakened the rural landlords or, in the 18th century, for the increasing control of the municipal power by rich traders. It is not unusual to mention the social

ros e falsos nobres vindos do reino". Com o crescimento da cidade e as levadas de imigrantes, chegavam os mercadores reinóis que se dirigiam às minas ou se radicavam na urbe para usufruir da riqueza acumulada no comércio. Aliás, as petições dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro não eram muito diferentes dos privilégios reclamados em Pernambuco.

Nessa capitania, as antigas famílias também se concebiam como nobres e, enquistadas na Câmara de Olinda, repudiavam os avanços dos comerciantes provenientes do reino. A fundação da Câmara do Recife impulsionou a revolta de senhores de engenho e lavradores de cana. A nobreza da terra então pôs-se em armas contra os mascates, mecânicos enriquecidos de forma duvidosa, conforme denunciavam os antigos pernambucanos. Em busca de apoio régio, os principais denunciavam as tentativas dos mercadores de controlar a câmara, o comércio e a circulação de riqueza na capitania de Pernambuco. Mas os apelos foram em vão: a monarquia se posicionou a favor da liberdade dos comerciantes reinóis, pois seria escândalo barrar a entrada na câmara de súditos "leais, ricos e morigerados".

No Rio de Janeiro e em Olinda, a nobreza local não se defrontava somente com as levadas de imigrantes portugueses, de origem mecânica e recentemente enriquecidos, mas também com as intervenções régias sobre os poderes locais. De fato, o governo de D. João V deu continuidade às reformas administrativas que também atingiram os municípios, como a criação de juizes de fora, de normas para as eleições e maior controle régio sobre o fisco. Em suma, as representações enviadas pelos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro e de Olinda tratavam da preservação dos privilégios da nobreza e do avanço das elites mercantis. Em geral, os pleitos dos "principais da terra" ainda pediam sesmarias e buscavam conter a fragmentação de seu patrimônio motivada por dívidas. Vale ainda mencionar que pediam ao soberano o controle o valor da moeda colonial e liberdade para recorrer às Misericórdias para obter crédito barato.

Sob um outro ponto de vista, as disputas travavam-se entre poderes legitimados pelo sangue contra os poderes respaldados pelo cabedal. Assim, na primeira metade do Século XVIII, tornaram-se mais evidentes os embates entre a "nobreza da terra" e os mercadores - em geral imigrantes portugueses enriquecidos pelo comércio. Desde o início da colonização, esses segmentos das elites coloniais se enfrentaram, fosse nos Séculos XVI e XVII pelos empréstimos e endividamentos que debilitavam os senhores de engenhos, fosse no Século XVIII pelo crescente controle do poder municipal pelos ricos mercadores. Nos enfrentamentos, não

hierarchies of the Old Regime in the clashes, the division between noblemen and mechanics; between nobility and wealth: those legitimized by military achievements and lineage against enriched traders of plebeian origin. Therefore, royal rewards and wealth promoted social upscaling in the colonial Brazil, where the elite occupied prestigious offices from the 18th century onwards, not only underpinned by lineage, but also by accrued assets.

The ideal of nobility was based on honor, lifestyle, privileges and exemptions legally granted by monarchs. Nevertheless, the influence of the economic power was increasingly evident, though the old families, especially the sugar elite, thought of themselves as a stratified society and stood up for it. In Pernambuco and Rio de Janeiro, the transformation of old families into "land nobility" was intensified in the clash against traders. Since then, the descendants of the first settlers began to value their noble attributes, considered themselves full-blooded, though they forgot the mixed marriages that took place, especially in the second half of the 16th century, joining rural landlords and new Christian traders or daughters of Indian leaders.

It is worth mentioning that the society of orders remained as a statutory and legal framework that legally enabled hierarchies, privileges and freedom. Except for the titles provided by the monarchy, particularly those from the Military Orders and the "honorable offices of the Republic", the other subjects did not have legal grounds to be included in the nobility, they were there due to the typical informal dimension of overseas. Therefore, whether rural landlords or traders, few residents of the Portuguese America were noble according to the rules of the Portugal kingdom. However, they behaved as if they were noble, since they had the command power. In general, the colonial nobility had titles of knights of the Military Orders, noblemen forums, offices in the chambers and local administration provided by the Crown, officership in the ordinances, offices in the Houses of Mercy and Third Orders. They did not always benefit from all those honors, though they did not refrain from leading the local power. They played as an elite due to the extensive assets, troop command or position control.

raro mencionam-se as hierarquias sociais próprias do Antigo Regime, a divisão entre nobres e mecânicos; entre a nobreza e a riqueza: os legitimados pelos feitos militares e pela linhagem contra os mercadores enriquecidos e de origem plebeia. A mercê régia e a riqueza eram, portanto, os principais promotores da ascensão social no Brasil colônia, onde a partir do Século XVIII as elites ocupavam cargos de prestígio não somente estribado na linhagem, mas também no patrimônio acumulado.

O ideal da nobreza baseava-se na honra, estilo de vida, privilégios e isenções juridicamente concedidos pelos monarcas. Entretanto, o peso do poder econômico era cada vez mais evidente, embora as antigas famílias, sobretudo a elite açucareira, se pensasse e defendesse a sociedade estamental. Em Pernambuco e no Rio de Janeiro, a metamorfose das antigas famílias em “nobreza da terra” se intensificou no embate contra os comerciantes. Desde então os descendentes dos primeiros moradores passaram valorizar seus atributos de nobres, se consideravam puros de sangue, mas se esqueciam dos casamentos mistos, ocorridos sobretudo na segunda metade do Século XVI, unindo os senhores de engenhos aos comerciantes cristãos-novos ou às filhas dos chefes indígenas.

Enfim, vale mencionar que a sociedade de ordens permanecia um arcabouço estatutário e jurídico que viabilizava legalmente as hierarquias, privilégios e liberdade. Exceto os títulos providos pela monarquia, particularmente os hábitos das Ordens Militares e os “cargos honrosos da República”, os demais súditos não contavam com respaldo jurídico para a inclusão na nobreza, lá estavam devido à dimensão informal própria do ultramar. Assim, fossem senhores de engenhos, fossem comerciantes, raros moradores da América Portuguesa eram nobres segundo às normas do reino de Portugal. No entanto, se comportavam como se nobres fossem, pois tinham o poder de mando. Em geral, a nobreza colonial dispunha de títulos de cavaleiros das Ordens Militares, foro de fidalgos, cargos nas câmaras e na administração local providos pela Coroa, oficialato nas ordenanças, cargos nas Misericórdias e nas Ordens Terceiras. Nem sempre desfrutavam de todas essas honras, mas nem por isto deixavam de exercer liderar o poder local. Atuavam como elites devido ao vasto patrimônio, ao comando de tropas ou o controle de postos.

References

BICALHO, M. F. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 418 p.

FRANCIS, A. D. Membership in the Order of Christ in the seventeenth century: its rights, privileges, and obligations. *The Americas*, Cambridge, v. 27, n. 1, p. 3-25, Jul. 1970. Available from: <<https://www.cambridge.org/core/journals/americas>>. Cited: Apr 2018.

FLORY, R.; SMITH, D. G. Bahian merchants and planters in the Seventeenth and early Eighteenth centuries. *Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 58, n. 4, p. 571-594, Nov. 1978. Available from: <<https://www.jstor.org/stable/i322766>>. Cited: Apr 2018.

FRAGOSO, J. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial. In: FRAGOSO, J.; BIVALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. *Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 29-71.

GOUVEA, M. de F. S. Redes de poder na América Portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca.1790-1822. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 297-330, 1998. Available from: <<https://www.anpuh.org/revistabrasileira/public/5>>. Cited: Apr 2018.

KRAUSE, T. A. *A formação de uma nobreza ultramarina: coroa e elites locais na Bahia*. 2015. 412 f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2015.

MELLO, E. C. de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 530 p.

_____. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. 389 p.

OLIVEIRA, L. da S. P. *Privilégios da nobreza*, e Fidalguia de Portugal. Lisboa: Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.

RAMINELLI, R. *Nobrezas do novo mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2015. 260 p.

Translated by: La-Fayette Côrtes Neto

Referências

BICALHO, M. F. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 418 p.

FRANCIS, A. D. Membership in the Order of Christ in the seventeenth century: its rights, privileges, and obligations. *The Americas*, Cambridge, v. 27, n. 1, p. 3-25, Jul. 1970. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/americas>>. Acesso em: abr. 2018.

FLORY, R.; SMITH, D. G. Bahian merchants and planters in the Seventeenth and early Eighteenth centuries. *Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 58, n. 4, p. 571-594, Nov. 1978. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/i322766>>. Acesso em: abr. 2018.

FRAGOSO, J. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial. In: FRAGOSO, J.; BIVALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. *Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 29-71.

GOUVEA, M. de F. S. Redes de poder na América Portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca.1790-1822. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 297-330, 1998. Disponível em: <<https://www.anpuh.org/revistabrasileira/public/5>>. Acesso em: abr. 2018.

KRAUSE, T. A. *A formação de uma nobreza ultramarina: coroa e elites locais na Bahia*. 2015. 412 f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2015.

MELLO, E. C. de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 530 p.

_____. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. 389 p.

OLIVEIRA, L. da S. P. *Privilégios da nobreza*, e Fidalguia de Portugal. Lisboa: Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.

RAMINELLI, R. *Nobrezas do novo mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII XVIII*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2015. 260 p.